

PAULO FREIRE NA UNICAMP: O RANÇO AUTORITÁRIO E O VERNIZ DEMOCRÁTICO

PAULO FREIRE ON UNICAMP: THE AUTHORITARIAN
RANCIDITY AND THE DEMOCRATIC VARNISH

PAULO FREIRE EN UNICAMP: LA RANCIEDAD
AUTORITARIA Y EL BARNIZ DEMOCRÁTICO

Débora Mazza

RESUMO

O artigo analisa a passagem de Paulo Freire pela Unicamp. Autores apontam que a institucionalização das universidades é marcada por movimentos tanto de cultivo da autonomia didática, política, administrativa e financeira, quanto de recrudescimento de protocolos burocráticos e fortalecimento de corporativismos que emperram fluxos de inovação, mudanças e percursos plurais. Ancorado nos documentos do Processo de Vida Funcional de Paulo Freire na Unicamp, sugere que seu percurso pode ser tomado como um caso paradigmático de compreensão de projetos institucionais em disputa, os quais indicam interesses que oscilam entre perspectivas crítica, popular e democrática e ações que priorizam a tradição, os ritos burocráticos e um percurso modelar de construção de carreiras no magistério superior.

Palavras-chave

Paulo Freire; Universidade; Unicamp

ABSTRACT

The article analyzes the passage of Paulo Freire by Unicamp. Some relevant authors point out that the universities' institutionalization is characterized by two unequal movements, both of growing freedom of speech and didactic, political, administrative, and financial autonomy and of increasing bureaucratic protocols and strengthening a corporatism that harms the flow of innovation, changes, and plural paths. Anchored in the documents of Paulo Freire's Labor Life History at Unicamp, this study suggests that his path can be taken as a paradigmatic case of understanding institutional projects in dispute, which held interests that oscillate between a critical, popular, and democratic perspective and actions that prioritize tradition, bureaucratic rites, and a model path of building careers in academic education.

Keywords

Paulo Freire; University; Unicamp

RESUMEN

El artículo analiza el paso de Paulo Freire por la Unicamp. Importantes autores señalan que la institucionalización de las universidades está marcada por movimientos desiguales, tanto en el cultivo de la libertad de expresión y la autonomía didáctica, política, administrativa y financiera, como en el aumento de protocolos burocráticos y el fortalecimiento del corporativismo que obstaculizan los flujos de innovación, cambios y caminos plurales. Anclado en los documentos del Proceso de Vida Funcional de Paulo Freire en la Unicamp, el artículo sugiere que su trayectoria puede tomarse como un caso paradigmático de comprensión de proyectos institucionales en disputa, los cuales señalan intereses que oscilan entre perspectivas crítica, popular y democrática y acciones que priorizan la tradición, los ritos burocráticos y un camino modelo de construcción de carreras en la educación superior.

Palabras-clave

Paulo Freire; Universidad; Unicamp

Paulo Freire Retorna ao Brasil

Os movimentos de rebelião, sobretudo de jovens, no mundo atual [...] revelam peculiaridades dos espaços onde se dão, manifestam, em sua profundidade, esta preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. [...] Ao questionarem a civilização do consumo; ao denunciarem as burocracias de todos os matizes; ao exigirem a transformação das universidades, de que resultem, de um lado, o desaparecimento da rigidez nas relações professor-aluno; de outro, a inserção delas na realidade; ao proporem a transformação da realidade mesma para que as universidades possam renovar-se; ao rechaçarem velhas ordens e instituições estabelecidas, buscando a afirmação dos homens como sujeitos de decisão

(FREIRE, 1988, p. 29) ¹.

O golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964 colocou Paulo Freire (1921-1997) na lista dos brasileiros acusados de participar de atividades comunistas subversivas, sob a aparência de um método de alfabetização que conscientizava e politizava adultos analfabetos (SCOCUGLIA, 2007). O crime por ele cometido foi o de “superar a secular interdição de acesso à educação para favorecer a democratização da sociedade, a implantação da justiça social e o respeito pela dignidade da pessoa humana” (GIROUX, 1996, p. 571).

Ele foi submetido a inquérito policial militar, ficou retido por várias semanas e, como muitos intelectuais e militantes progressistas da época, assim que saiu da prisão, deixou o Brasil e partiu para o exílio. Passou por Bolívia, Chile e Estados Unidos, fixando residência na Suíça, até poder voltar para o Brasil. Durante os dezesseis anos de exílio, Freire trabalhou no Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (ICIRA; Santiago, Chile), no Centro de Estudos em Educação e Desenvolvimento da Universidade Harvard (Cambridge, Mass, EUA), no Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI; Genebra, Suíça) e prestou assessorias a governos de países pobres, a maioria do continente africano, que viveram processos de independência das relações coloniais e reestruturação de seus sistemas nacionais de educação pública popular.

Em junho de 1980, aos 57 anos, Paulo Freire e parte de sua família retornaram ao Brasil e desembarcaram no aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), sendo recebidos por amigos e admiradores.

Mesmo durante a ditadura militar os movimentos sociais mobilizavam-se em defesa do retorno dos direitos políticos e civis, bem como da anistia dos exilados brasileiros. Em 28 de agosto de 1979, o então presidente João Batista Figueiredo sancionou a Lei n. 6.683, que concedia anistia a todos quantos, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, houvessem sido enquadrados como cometedores de crimes políticos e eleitorais ou tido seus direitos políticos suspensos.

No calor dessa ambiência, Almino Affonso expressou, em 1979, que o retorno de Paulo Freire significava “boas-vindas ao Brasil”, pelo que ele representava para a educação e a democratização da sociedade brasileira. O autor destaca:

[...] nada mais antagônico do que a figura luminosa de Paulo Freire e o obscurantismo do regime autoritário.

A volta de Paulo Freire atualiza a reflexão sobre o velho confronto entre a força bruta e a inteligência [...] O retorno de Paulo Freire, cuja visão pedagógica se assenta no diálogo – vale dizer, numa relação igualitária – tem a força de uma mensagem renovadora: a da educação como “um ato de coragem”, que “não pode temer o debate”, que “não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. [...] É evidente que o professor Paulo Freire, pela essência mesma de seu pensamento, não induzia no alfabetizando a opção política; mas era irrecusável que, através da conscientização, lograda através da livre associação de causa e efeito que o diálogo propiciava, o educando visualizava a sua própria identidade social e assumia a crítica da sociedade que o explorava. Ao fim e ao cabo, a miséria e o analfabetismo não são caras diferentes da mesma moeda? [...] Eu sei que na história de todos os povos sempre há um general Millan Astray: “*abajo la inteligencia y viva la muerte!*” Ao menos hoje, apaguemos da memória esses anos de pesadelo. O País amanheceu mais luminoso: Paulo Freire chegou

(AFFONSO, 1996, p. 15).

Almino Affonso escreveu essas palavras no calor da Lei da Anistia Política; entretanto, Freire regressaria apenas em 1980, disposto a reassumir seu trabalho de professor na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), função que ocupava desde 1953, quando prestou o concurso de ingresso como Professor de História e Filosofia da Educação, no Curso de Formação de Professores da Escola de Belas Artes da então Universidade do Recife. Em 1960, realizou o concurso para a Cátedra de História e Filosofia da Educação, com a tese *Educação e Atualidade Brasileira* (FREIRE, 2001), obtendo concomitantemente o título de doutor. Em 1964, foi aposentado compulsoriamente pelos Atos

Institucionais do regime militar e partiu para o exílio. No entanto, restrições do regime autoritário, ainda vigentes em 1980, impediram-no de apresentar-se à UFPE. Assim, fixou residência em São Paulo, cidade que já acolhia parte de sua família, e aceitou o convite para lecionar na Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atuou também na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Fundação Vereda, também em São Paulo.

Paulo Freire na Unicamp

A FE da Unicamp foi uma das instituições que se mobilizaram para acolher Paulo Freire no seu quadro de docentes. Todavia, como tentaremos demonstrar neste artigo, a fina camada de verniz democrático presente em alguns setores da universidade era constantemente arranhada pelo ranço autoritário enraizado na sociedade e que grassou nas câmaras acadêmicas com força e vigor, assim como a brisa alvissareira da abertura política e da retomada democrática.

A seguir, serão tecidas algumas considerações sobre a passagem de Paulo Freire pela Unicamp, tendo como fonte documental seu Processo de Vida Funcional, n. 01-P-04838-1980, aberto pela Diretoria de Recursos Humanos (DGRH) em 1º de setembro de 1980 e encerrado pelo Sistema de Arquivos (SIARQ) em 29 de maio de 2002. O processo é composto por 196 páginas numeradas, protocoladas, assinadas, rubricadas e inseridas em uma pasta de cartolina azul.

Tal processo se iniciou em 20 de junho de 1980, com um ofício do Diretor da FE informando, por decisão do colegiado da unidade, o desejo de contratação do professor e a discriminação da fonte de recurso disponível para a realização da despesa orçamentária decorrente dessa contratação. O ponto alto desse processo ocorreu em março de 1991, com uma carta de exoneração do cargo de professor universitário exarada por Paulo Freire e um convite para permanecer como assessor em um núcleo de pesquisa que visava à formação de professores e à melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

O primeiro ofício, datado de 20 de junho de 1980, é encaminhado pelo então Diretor da Faculdade de Educação, Eduardo O. C. Chaves,² ao Reitor da Universidade, Plínio Alves de Moraes,³ conforme os termos a seguir:

Magnífico Reitor

Através do Of. No. 04/80, de 22/02/1980, a Direção da Faculdade de Educação, mediante proposta do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (DECISAE), devidamente aprovada, por unanimidade, por Assembléia Geral da Faculdade, encaminhou a Vossa Magnificência o pedido de contratação do Prof. PAULO FREIRE, ao nível MS-6, e RTC, a partir de 01/08/1980.

Tendo em vista o fato de o professor em questão estar retornando, definitivamente, ao Brasil no início de julho, e face à necessidade de que se definam seus compromissos profissionais, submeto a Vossa Magnificência, nesta ocasião, o pedido a que seja autorizada a designação [...]

Torno a esclarecer que a verba para cobrir as despesas com esta designação se encontra reservada desde 01/01/1980, data em que solicitou rescisão de contrato a Profa. Martha Rosa Pisani Destro, do mesmo Departamento, em cuja vaga se propõe a presente designação.

Anexo ao presente um Memorial sobre a atividade profissional do Prof. Paulo Freire que, vale dizer, dispensa qualquer apresentação. Sua presença na Unicamp projetaria o nome desta Universidade, na área da Educação, no cenário internacional - além, sem dúvida, de aumentar significativamente o seu impacto na educação brasileira, que é o mais importante

(UNICAMP, 1980, p. 4).

O ofício atestava que, antes do retorno de Paulo Freire ao Brasil, um departamento da FE, chefiado à época por Ivany Pino, já havia se mobilizado, discutido, encaminhado à congregação e aprovado, por unanimidade, a sua contratação no quadro de docentes. Acompanhava o ofício uma planilha de demonstração de quotas indicando que a dotação orçamentária destinada para a contratação de Paulo Freire em Regime de Turno Completo (RTC), MS-6,⁴ estava disponível e era inferior à empenhada com uma professora recentemente demissionária.

Acompanham esse ofício fotocópias de vários documentos pessoais do interessado: certidão de nascimento, declaração de não exercer nenhuma atividade pública municipal, estadual ou federal, cédula de identidade (RG), cadastro de pessoa física (CPF) e atestado de residência.

Na sequência, consta um Ato do Reitor:

Designando, a partir de 1o. de setembro de 1980, PAULO RÉGLUS NEVES FREIRE, para exercer no regime de servidor autárquico [...] as funções de Professor Titular, referência MS-6, em RTC, junto ao Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, com os recursos decorrentes da rescisão contratual da Professora Martha Rosa Pisani Destro (UNICAMP, 1980, p. 22).

Esse ato é assinado pelo Reitor da universidade, Plínio Alves de Moraes, e pelo Coordenador da Administração Geral, Zahair Warwar. A ele se segue um informe da Diretoria Geral da Administração (DGA) da Unicamp, de 22 de setembro de 1980, que diz:

Senhor Diretor

Foi elaborado o Ato [...], publicado no D.O. de 13/09/1980 de interesse de PAULO RÉGLUS NEVES FREIRE [...].

Sugerimos encaminhamento:

1. Secretaria Geral
2. Faculdade de Educação para ciência
3. Volte a esta DGA (UNICAMP, 1980, p. 26).

O Diretor da FE dá ciência dessa informação e a encaminha à DGA, em 08 de outubro de 1980. No entanto, em 10 de outubro de 1980, a DGA retorna um ofício à FE, solicitando providências para a contratação do interessado, devendo ser juntados: “1- fotocópia da cédula de identidade atualizada [...], 2- fotocópia do cartão de inscrição do Fundo PIS/PASEP.” Esse ofício é recebido e assinado pela unidade em 13 de outubro de 1980. No entanto, a regularização dessa solicitação é enviada pelo Diretor da FE à DGA apenas em 28 de março de 1981 (UNICAMP, 1980, p. 28- 31).

Em 14 de abril de 1981 outro ofício da DGA é encaminhado ao Diretor da FE:

Senhor Diretor:

Tendo em vista que até a presente data não consta na DGA-5 abertura do Processo de contratação em nome do interessado, sugerimos o retorno à Faculdade de Educação para providências, devendo ser juntadas fotocópias do CIC atualizado e da Carteira de Identidade Funcional

(UNICAMP, 1980, p. 31).

Esse ofício é recebido e rubricado pela Direção da FE em 22 de abril de 1981, mas a inclusão e o envio dos documentos solicitados datam de 07 de janeiro de 1982 (UNICAMP, 1980, p. 32).

No interregno, vê-se um ofício do Diretor da FE, de 17 de agosto de 1981, enviado ao Magnífico Reitor, solicitando a autorização para que se proceda à abertura do processo de contratação (UNICAMP, 1980, p. 34). O ofício insere, anexos:

Documento que descreve: a estrutura e o funcionamento da unidade, a organização dos departamentos, as atividades desenvolvidas por cada docente (

UNICAMP, 1980, p. 33-36).

Curriculum Vitae de Paulo Freire, descrevendo os documentos pessoais; a formação acadêmica; as atividades realizadas no Chile (1964 a 1968), nos Estados Unidos (1969), na Suíça (1970 a 1980); os títulos recebidos em cerca de uma dezena de instituições acadêmicas internacionais – com suas respectivas fotocópias – e as obras publicadas

(UNICAMP, 1980, p. 37-68).

Entre os livros publicados, constavam:

Educação como Prática da Liberdade – edições em 8 línguas.

Extensão ou Comunicação? – 4 línguas

Pedagogia do Oprimido – 16 línguas

Educação e Mudança – 2 línguas.

Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos – 4 línguas.

Cartas à Guiné-Bissau – 6 línguas

(UNICAMP, 1980, p. 39).

Adicionalmente, comparece uma lista de assessorias prestadas por Paulo Freire, por meio do CMI e da equipe do Instituto de Ação Cultural (IDAC), a ministérios de educação de países africanos, nos governos pós-colonialistas. Vários seminários, palestras e entrevistas concedidas a universidades e instituições educacionais dos continentes: africano (Angola, Botswana, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Tanzânia); americano (Argentina, Costa Rica, Estados Unidos, Granada e Nicarágua); europeu (Dinamarca, França, Holanda, Inglaterra, Noruega, Suécia e Suíça) e da Oceania (Austrália, Papua Nova Guiné e Nova Zelândia) (**UNICAMP, 1980**, p. 39-40).

Entre os documentos arrolados no processo, destacamos o certificado de sanidade mental e capacidade física (**UNICAMP**, 1980, p. 47) e uma declaração assinada por Ivany R. Pino e Moacir Gadotti, colegas dos departamentos de Ciências Sociais e História e Filosofia da FE, manifestando “conhecer o professor Paulo e indicando que nada consta em ato ou fato que o desabone” (**UNICAMP**, 1980, p. 68).

Em 22 de setembro de 1981, a DGA encaminha outro ofício à Direção da FE, solicitando o prazo de vigência da contratação, a área de especialidade do interessado, a assinatura do interessado, o visto do Diretor no *curriculum vitae* e a tradução, por um tradutor público juramentado, do título de *Docteur en Science de L'Education Honoris Causa* recebido em 06 de junho de 1979 da Université de Genève, na Suiça. Essa demanda é atendida e despachada por Eduardo Chaves apenas em 14 de abril de 1982 (**UNICAMP, 1980**, p. 70-74).

A leitura atenta desses autos permite apreciar que a Unicamp acolhia, entre os seus servidores docentes e não docentes, grupos com matizes muito heterogêneos, que disputavam os rumos dos projetos acadêmico, administrativo, financeiro e político. Os grupos progressistas, que vislumbravam

na universidade potencial de construção de uma cultura pública que induzisse e acelerasse a consolidação da ordem social democrática, conviviam com servidores docentes e não docentes que obstruíam e obstruíam as mudanças, atuando para manter a ordem social autoritária, alinhada à disciplina militar e outros que exerciam uma dominação de tipo burocrática seguindo uma racionalidade legal assentados no pressuposto ilusório da impessoalidade do mérito e da neutralidade técnico científica. Em todos os casos, a burocracia é uma prática social e política que define modalidades de poder nas quais a dominação é atravessado e constituída por outras rationalidades e algumas irrationalidades como o clientelismo, o favor, as relações pessoais, o segredo das decisões etc (CHAUI, 1985).

Dalari (1996) sugere que o sistema educacional no Brasil é parte de um projeto permanente de dominação política e discriminação social, que passa pelo controle do acesso aos serviços essenciais e aos empregos públicos gerando uma plutocracia travestida de burocracia.

Nesse caminho tortuoso, em 22 de junho de 1982, quando se esperava que o processo de designação estivesse em fase final, a DGA emite outro ofício à FE e solicita:

Curriculum Vitae atualizado, datado, assinado pelo interessado e visado pelo Diretor da Unidade;

Organização das atividades do Departamento, especificando-se o número de docentes e seu respectivo regime de trabalho, número de alunos e número médio de aulas por docente, atualizado;

[...]

Plano de pesquisa assinado pelo interessado e visado pelo Diretor da Unidade.

Nota da SG: O interessado obteve o título de Livre Docente pela Universidade do Recife em 1961. De acordo com a Deliberação do Conselho Diretor em sessão de 28/06/1977, deverá ser precedida em processo à parte a equivalência do referido título de Livre Docente concedido pela Unicamp

(UNICAMP, 1980, p. 75).

Esse ofício da DGA, contendo o parecer da Secretaria Geral (SG), é recebido na FE em 26 de agosto de 1982 e sugere que, depois de um ano de idas e vindas protocolares, Paulo Freire é designado como MS-3, Professor Assistente Doutor. Não obstante, a unidade é notificada de que o professor deveria atestar que seu mérito acadêmico, educacional e científico cumpria os requisitos mínimos de equivalência para progressão ao título de MS-4, Professor Livre Docente, na carreira da Unicamp.

A Direção da FE, em 30 de agosto de 1982, emite um relatório com informações detalhadas, discriminando: o número de docentes por departamento; os regimes de trabalho; os níveis de carreira no Magistério Superior;⁵ as funções de gestão gratificadas; e a situação de ativo, afastado ou aposentado da unidade (**UNICAMP, 1980**, p. 76-81).

Replicamos aqui o quadro de docentes da FE apresentado no processo por o considerarmos importante para promover análises comparadas sobre a intensificação das condições do trabalho docente ao longo da história institucional. Não foi possível acessar o Anuário Estatístico da Unicamp Ano-Base 1982, para averiguar o número de alunos de graduação e pós-graduação, o número de turmas, disciplinas, cursos, projetos e convênios existentes ( Tabela 1).

Novos documentos são arrolados ao processo e encaminhados pela Direção da FE, à época a cargo de Pedro L. Goergen.⁷ Entre eles constam: a manifestação assinada pelo então Reitor da UFPE, João Alfredo G. da Costa Lima, certificando o concurso realizado por Paulo Freire, em setembro de 1960, à Cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes da então Universidade do Recife; a fotocópia das atas das provas realizadas; e outros documentos solicitados (**UNICAMP, 1980**, p. 102-120).

Em 6 de outubro de 1982, a SG emite uma informação ao interessado PAULO REGLUS NEVES FREIRE, dispondo:

O Conselho Diretor da Unicamp, em sessão realizada a 05/10/1982, aprovou por unanimidade o Parecer exarado pela Comissão Especial de Equivalência, favorável, à “*interna corporis*” do título de Professor Livre Docente, obtido por PAULO REGLUS NEVES FREIRE, Escola de Belas Artes da então Universidade do Recife; ao de Professor Livre Docente, conferido pela Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP, 1980, p. 121)

Esse desfecho atendeu parcialmente a solicitação da FE, pois liberou a contratação de Paulo Freire como MS-4, mas não o designou como MS-6, conforme indicado por unanimidade pelo DECISAE e pela Congregação da FE.

Tais fatos documentados nos permitem aferir que o Conselho Superior assumiu uma posição discricionária de não reconhecimento do percurso nacional e internacional de Paulo Freire, dentro e fora da universidade – fato que expressava certos provincianismo, corporativismo e conservadorismo na governança dos requisitos de progressão na carreira do magistério superior (MS). Paulo Freire, no Brasil e no exílio, vinculou-se a uma tradição crítica, dissidente e popular, que assumia posturas públicas contra o analfabetismo de jovens e adultos, a exclusão social e a política do(as) trabalhadores(as) e a dominação imperialista. Assumiu também posições em defesa dos movimentos de libertação nacional, da pedagogia crítica e da liberdade de cátedra e livre expressão das universidades diante dos problemas da sociedade (JACOBY, 1990, p. 150).

Peter MacLaren assim resume o trabalho de Freire:

Paulo colocou o pobre e o oprimido no palco da história. Isso aconteceu graças ao seu trabalho político-pedagógico, mas também graças à sua teoria que se tornou conhecida no mundo [...] como uma espécie de contranarrativa ao discurso dos ricos, poderosos e privilegiados. [...] A pedagogia libertária de Freire capacita os camponeses e trabalhadores oprimidos [...]. Poucos educadores enfrentaram com tanta sabedoria e determinação as fronteiras da linguagem e da cultura. Como um trabalhador acadêmico da cultura, a vida e o trabalho de Freire ajudaram-me a desaprender meus privilégios de branco anglo do sexo masculino, e a descolonizar minhas perspectivas como um educador no ocidente industrializado [...] O trabalho de Freire ajudou-me a reconhecer e denunciar minha própria cumplicidade com a opressão contra a qual eu estava tentando ajudar meus alunos a resistirem [...] ajudou-me a desaprender as influências de minha herança liberal com disposição de ensinar como um “missionário” entre os privados de direitos [...] permitiu-me reconhecer como o sistema educacional está inserido num discurso e legado do imperialismo, do patriarcado e do eurocentrismo [...]. Apontou-me que as cinco faces da opressão – exploração, marginalização, violência, imperialismo cultural e ausência de poder – estão profundamente arraigadas na nossa ordem social e em nossas escolas

(1996 , p. 587-588).

Diante dessa trajetória política desviante e denunciatória, o Conselho Superior optou por manter os percursos mais afiançados pelas rotinas das nomeações internas, secundarizando a contribuição política e pedagógica única e o atravessamento internacional de Freire.

Esse desfecho mobilizou segmentos da FE e da universidade, que avaliavam que o pensamento conservador, travestido de ritos burocráticos, chegava a limites absurdos e perdurava na Unicamp, apesar da fina camada de verniz democrático. Tal como em *O processo*, de Kafka (2010), esse pensamento exibia uma trama bizarra e não racional, que desconsiderava os dados de realidade arrolados por Paulo Freire e promovia perseguições e apagamentos inexplicáveis, mantendo estruturas arcaicas e opressoras que insinuavam que o poder de decisão se localizava nas entranhas mediadoras das instâncias burocráticas superiores.

À vista disso, a FE localizou, nos marcos regulatórios da Unicamp, a Portaria GR 025/1978, de 30 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as *Normas para o Processamento de contratos de Professores Colaboradores e Titulares* e resolve que:

Artigo 1º - os candidatos de notória competência em suas especialidades, que não possuam os títulos universitários exigidos para o nível da função proposta, poderão ser contratados como Professores Colaboradores em nível paralelo ao cargo pretendido.

Artigo 2º - Além dos documentos e comprovantes exigidos pela Secretaria Geral e Administração Geral, a proposta deverá vir acompanhada de parecer sobre a competência do candidato exarado por uma Comissão de três (3) docentes da especialidade ou de especialidades afins, portadores de títulos pelo menos equivalentes ao cargo para o qual o contrato é proposto, designados pela Congregação da Unidade.

§1º - O parecer de que trata este artigo deverá ser aprovado pela Congregação.

§2º - As Congregações poderão constituir uma ou mais Comissões Permanentes de especialistas para emitir os pareceres a que se refere a presente Portaria [...]

Artigo 3º - O contrato na categoria de Professores Titulares de candidatos que não tenham os pressupostos previstos no Regimento Geral deverá ser precedido do reconhecimento de seu notório saber.

§1º - Este reconhecimento será feito pelo Conselho Diretor, que para deliberar sobre o assunto designará uma Comissão, composta de três (3) Professores Titulares da especialidade ou de especialidades afins àquela do candidato, que emitirá parecer individual e circunstanciado sobre os méritos do candidato.

§2º - Esta Comissão será constituída por Docentes da Universidade e completada se necessário por Docentes de igual categoria de outros estabelecimentos de ensino superior do País.

Artigo 4º - O disposto nestas normas aplicar-se-á também aos casos de reclassificação de docentes já contratados, não possuidores dos títulos acadêmicos ou pressupostos para a função.

Artigo 5º - Os pedidos de contratação e prorrogação de contratos de docentes continuarão a ser submetidos à consideração dos Coordenadores de Institutos e Faculdades e à Comissão de Ensino, antes da homologação final do Conselho Diretor.

Artigo 6º - Os processos dos docentes abrangidos por estas normas sofrerão as tramitações normais dos demais processos de contratação de docentes

(UNICAMP, 1978, p. 1)

Em 04 de julho de 1984, o Diretor da FE, Pedro L. Goergen, empenhou-se de modo exemplar e encaminhou à gestão do Reitor José Aristodemo Pinotti⁸ um ofício dizendo:

Dirijo-me à Vossa Magnificência para solicitar a admissão do Prof. Dr. PAULO RÉGLUS NEVES FREIRE, como MS-6, RTC, junto ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação desta Faculdade, uma vez que se encontra designado desde 01/09/1980.

Em anexo, encaminho um resumo das atividades docentes do interessado no Brasil e no Exterior, aprovado em reunião do Conselho Interdepartamental em 01/06/1984.

Na oportunidade, reitero à Vossa Magnificência meus protestos de consideração e respeito

(UNICAMP, 1980, p. 82)

Esse ofício da FE é afiançado por uma manifestação de 17 de maio de 1984, assinada por Roberto Romano da Silva,⁹ então Chefe do Departamento ao qual Paulo Freire se vinculava. Ele disserta:

Tenho a honra de apresentar, às instâncias superiores da Universidade Estadual de Campinas, o Relatório do Ilustre Prof. Paulo Réglus Neves Freire.

Para homens e mulheres dedicados ao trabalho educativo – no Brasil e no mundo – o simples nome deste pensador dispensa qualquer referência, ou recomendação. Sua vida pública, pautada pelo respeito aos mais elevados valores humanistas, ajudou a formar gerações de brasileiros que acreditam em seu país, e nas pessoas que nele habitam. Paulo Freire é hoje uma figura simbólica, representando entre nós a força do espírito e a fé na fecundidade intelectual do nosso povo.

Seu método para alfabetização de adultos foi gerado num dos instantes mais tensos de nossa História. Surgiu como esperança para milhões de novos conterrâneos, logo abafado pelas forças regressivas, contrárias à vida democrática e à liberdade racional. Mas a Esperança, como já ensinava Hesíodo, permanece sempre depositada no fundo da jarra de Pandora de onde brotaram todos os males padecidos pelo homem. Após longo período distante de nosso convívio, o Prof. Paulo Freire voltou ao Brasil.

Nesta volta, trouxe-nos toda a experiência prudente e a fé pedagógica intacta. Seu trabalho em organismos mundiais de educação, sua presença marcante em países latino-americanos, africanos, asiáticos e europeus granjearam para o Brasil a simpatia e a gratidão, mesmo imperando entre nós uma escura noite de incompreensões e arbítrio.

Com seu retorno, foi convidado pela Universidade de Campinas, a fim de apresentar aos alunos e docentes todo o peso de seu saber e experiência que reuniu no trato cosmopolita que o marca.

O DECISAE tem recebido por parte do Prof. [...] todo o estímulo, no sentido de aprimorar o trato com os alunos e operar seriamente no plano da docência, dele extraíndo elementos preciosos para a reflexão epistêmica interdisciplinar.

De fato, a partir dos resultados a que chegou em sua longa caminhada pela cultura humana, o Prof. Paulo Freire mostra – em seus livros, artigos, conferências, aulas, assessorias – o profundo erro do maniqueísmo, sempre fundado em abstrações, que procura dividir o ensino da pesquisa, e vice-versa. Defensor do diálogo, o Professor leva seus pressupostos à prática, incentivando o colóquio como forma de resolução para os conflitos da universidade, e para a convivência científica em seu interior.

Acompanhando sua vida universitária, vêm à mente figuras marcantes do nosso passado cultural, também ocupadas com a transmissão e gênese do saber na consciência, no pensamento auto-refletido. É possível traçar paralelos entre seus livros, *Educação como Prática de Liberdade* e *Pedagogia do Oprimido* (com numerosas re-edições, no Brasil e no mundo) e a filosofia Kantiana e Fichteana. Impossível ler estas páginas tão densas – lógica e ontologicamente – sem rememorar de imediato a *Crítica da Razão Prática* e o *Conflito das Faculdades*: vigas-mestras do moderno anseio pelo ato livre, sem heteronomia nem dependência face à estrita forma teórica, que exprime o ser opaco da natureza exterior do homem.

Quanto à referência a Fichte, impossível ler os dois textos de Paulo Freire [...] sem imaginar que uma epígrafe apropriada seria a tese do criador da *Doutrina da Ciência*: “Sou uma visão vivente, vejo, é a consciência, vejo, minha vista, este é o objeto de minha consciência” [...]

Em toda sua carreira intelectual o Prof. [...] soube bem aproveitar esta lição do fundador da *Wissenschaftlehre*: para o verdadeiro saber, a gênese é o sujeito pensante, mas o alvo é o objeto pensado. Nem subjetivismo nem prisão nos objetos, este é o paradoxal procedimento da liberdade, formando o informe e produzindo o mundo.

Muito mais poderia ser enunciado sobre o trabalho teórico e prático do Prof. [...]. Deixa o DECISAE de fazê-lo, por julgar o seu *Curriculum Vitae* bastante eloquente

(UNICAMP, 1980, p. 83-85).

Em continuação, a unidade institui uma comissão de especialistas, todos Professores Titulares da FE, para emitirem pareceres sobre a competência de Paulo Freire para ser enquadrado na categoria MS-6.

Passaremos agora a tornar públicos alguns excertos desses textos, adidos ao Processo de Vida Funcional de Paulo Freire, pois os consideramos dignos de densidade histórica.

O primeiro, datado de 25 de maio de 1985, é assinado por Rubem Azevedo Alves, Professor Titular do Departamento de História e Filosofia da Educação e fixa:

O objetivo de um parecer, como a *própria* palavra sugere, é dizer a alguém que supostamente nada viu e que, por isto mesmo, nada sabe, aquilo que *parece ser*, aos olhos do que fala ou escreve. Quem dá um parecer empresta os seus olhos e o seu discernimento a um outro que não viu e nem pode meditar sobre a questão em pauta. Isto é necessário porque os problemas são muitos e nossos olhos são apenas dois...

Há, entretanto, certas questões sobre as quais emitir um parecer é quase uma ofensa. Emitir um parecer sobre Nietzsche, ou sobre Beethoven, ou sobre Cecília Meireles? Para isto seria necessário que o signatário do documento fosse maior que eles, e o seu nome mais conhecido e mais digno de confiança que aqueles sobre quem escreve...

Um parecer sobre Paulo Réglus Neves Freire.

O seu nome é conhecido em universidades através do mundo todo. Não o será aqui, na Unicamp? E será por isto que deverei acrescentar a minha assinatura (nome conhecido, doméstico), como avalista?

Seus livros, não sei em quantas línguas estão publicados. Imagino (e bem pode ser que eu esteja errado) que nenhum outro dos nossos docentes terá publicado tanto, em tantas línguas. As teses que já se escreveram sobre o seu pensamento e a sua prática educativa, se publicados, seriam livros e livros.

O seu nome, por si só, sem pareceres domésticos que o avalizem, transita pelas universidades da América do Norte e da Europa. E quem quer que quisesse acrescentar a este nome a sua própria “carta de apresentação” só faria papel ridículo.

Não. Não posso pressupor que este nome não seja conhecido na Unicamp. Isto seria ofender aqueles que compõem seus órgãos decisórios.

Por isto o meu parecer é uma recusa em dar um parecer.

E nesta recusa vai, de forma implícita e explícita, o espanto de que eu devesse acrescentar o meu nome ao do Paulo Freire. Como se, sem o meu, ele não se sustentasse.

Mas ele se sustenta sozinho.

Paulo Freire atingiu o ponto máximo que um educador pode atingir.

A questão não é se desejamos tê-lo conosco.

A questão é se ele deseja trabalhar ao nosso lado.

É bom dizer aos amigos:

“— Paulo Freire é meu colega. Temos salas no mesmo corredor da Faculdade de Educação da Unicamp...”

Era o que me cumpria dizer

(UNICAMP, 1980, p. 132).

O segundo parecer, datado de 31 de maio de 1985, é assinado por Antônio Muniz de Rezende,¹⁰ Professor Titular e ex-Diretor da FE, e tem a seguinte forma:

Meu nome foi indicado para dar Parecer sobre PAULO FREIRE. É para mim um prazer e uma honra fazê-lo.

Creio que a melhor maneira de emitir meu parecer, nesse caso, é através de um depoimento, dizendo o que PAULO FREIRE significa para mim. Aprendi muito com ele, como pessoa, e com sua obra.

Conheço a obra de PAULO FREIRE desde os anos 60, quando, pela primeira vez, participei do Movimento de Cultura Popular e de alfabetização de adultos, em Belo Horizonte.

A primeira coisa que aprendi foi que o “povo” existe, e existe de maneira muito peculiar, no Brasil: na forma da privação, do analfabetismo, da marginalização e da não participação. Compreendi que o sentimento de nacionalidade, ou, numa linguagem mais afetiva, de amor à Pátria, devia traduzir-se num interesse ativo em comprometer-me com esse povo, fazendo alguma coisa com ele.

A segunda coisa que aprendi foi a importância da alfabetização, não apenas como aprendizagem da leitura e da escrita, mas como consciência da cultura. Houve e há quem discuta a validade do conceito de conscientização. Pessoalmente, continuo pensando que o que está em jogo não é o conceito, mas a atitude a ele correspondente: atitude ativa de participação crítica e generosa, que começa por um questionamento de todos os “agentes” na vida da sociedade brasileira. A começar pelos educadores. PAULO FREIRE ajudou-me a rever muita coisa no meu engajamento profissional e político.

Em terceiro lugar, recebi de PAULO FREIRE a mensagem relativa ao estudo da cultura. Embora reconhecendo que ele próprio evoluiu a respeito do enfoque cultural dos problemas sociais, pessoalmente, em termos de filosofia, pude aprofundar meus estudos sobre o tema da cultura e de suas relações com a educação. Durante os dez anos em que ministrei o curso de filosofia da educação, na Unicamp, cheguei à conclusão de que a melhor maneira de se definir a educação é como “processo-projeto de aprendizagem humano-significativa da cultura”. Indo além do culturalismo, pude reconhecer, com a ajuda da fenomenologia, que cultura é sinônimo de mundo humano, de sentido em circulação, e que, finalmente, uma educação humana é, na verdade, conscientização da cultura como forma concreta da existência.

Descobri, também, com a ajuda inicial de PAULO FREIRE, a relação existente entre os fenômenos da cultura e os da linguagem. Tanto quanto a cultura, a linguagem é fenômeno humano por excelência. Merleau-Ponty diz que a existência é palavra primeira. De Waelhens acrescenta que a cultura é palavra segunda – expressão da existência. E a linguagem, ainda segundo De Waelhens, é expressão de expressão, uma vez que ela exprime a cultura que exprime a existência. O que posso dizer é que, durante toda a minha docência universitária, no Brasil e mesmo fora, no Canadá, estive sempre dialogando com a obra de PAULO FREIRE. Em relação à Unicamp, sendo Diretor da Faculdade de Educação, tive a honra de convidá-lo a trabalhar conosco quando de sua volta da Europa. E, mais ainda, tive a alegria de ver aceito o meu convite. PAULO FREIRE veio para a Unicamp, e foi então que pude conhecê-lo pessoalmente.

Na convivência, pude aprender o que é a disponibilidade e a humildade de alguém que sempre estava disposto a se dar, e também recomeçar seu trabalho, por mais adiantado que ele já estivesse. Impressionaram-me muito suas palavras ao voltar à pátria: — não vim para ensinar, mas para aprender e reaprender esse Brasil que mudou em vinte anos.

Mas é claro que ele trazia na bagagem, ou melhor, na mente e no coração, toda uma experiência adquirida no exterior – nas Américas, na Europa e na África. E tudo isso, toda sua experiência cordial, ele a pôs a serviço da Unicamp, de seus alunos e colegas.

Na oportunidade de emitir meu Parecer, quero dizer, antes de mais nada, o quanto lhe sou grato. Sua contratação pela Unicamp me parece indiscutível, sob qualquer aspecto

(UNICAMP, 1980, p. 126-127).

Finalmente, o terceiro parecer, datado de 10 de junho de 1985, é assinado por Amélia Americano Franco Domingues de Castro, Professora Titular do Departamento de Metodologia de Ensino, e compõe:

Expressar, nos limites de um Parecer, a riqueza da personalidade, dos feitos e dos escritos do Prof. Paulo Freire, é tarefa acima de minhas possibilidades. Pois, na verdade, tal apreciação já foi feita, com requinte de perquirição, pelos pesquisadores que estudaram a vida e obra do professor em questão, criando-se a singular situação de um docente que acrescenta à bibliografia de sua própria autoria, outra lista, reunindo os trabalhos que versam sobre as suas obras e o autor delas. Seria mesmo audacioso, de minha parte, acrescentar algo sobre o reconhecido valor intelectual e ético de quem tantos honrosos diplomas recebeu, por seus méritos, nos mais prestigiosos Institutos Culturais e Universitários do mundo ocidental. Resta-me declarar, à guisa de Parecer, que considero uma honra para a Unicamp ter o professor Paulo Freire em seu corpo docente, ao nível mais alto da carreira universitária.

(UNICAMP, 1980, p. 128).

A esses pareceres, aprovados na unidade e encaminhados à SG, segue-se um ofício de 2 de julho de 1985, que prescreve:

O CONSELHO DIRETOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, em sua 244a. Sessão, realizada a 25.06.85, homologou a designação da Comissão de Especialistas [...] composta pelos Professores Rubem Azevedo Alves, Antônio Muniz de Rezende e Amélia Americana Domingues de Castro, tomou ciênciā da designação de PAULO RÉGLUS NEVES FREIRE, a partir de 01.09.80, bem como aprovou contra o voto do Conselheiro Marcello Damy de Souza Santos [...] Parecer da referida Comissão de Especialistas, favorável à continuidade do vínculo do interessado sob a forma de Admissão, para exercer as funções de Professor, nível MS-6, em RTC, junto à área de Educação Popular, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da FE.

À DGRH para providências cabíveis

(UNICAMP, 1980, p. 135).

Desse modo, em junho de 1985, o CONSU homologou, com uma declaração de voto contrário, a designação de MS-6, Professor Titular, a Paulo Freire, a partir de 01 de setembro de 1980. Acreditamos que essa epopeia, documentada nas páginas que compõem esse Processo de Vida Funcional, povoa nossas narrativas e nosso imaginário acadêmico coletivo.

Os acontecimentos relatados nos permitem inferir que, entre nós, existem muitos servidores docentes e não docentes que exercem um direito de mando mascarado de autoridade legal, neutra, impessoal e não têm apreço à consolidação da ordem democrática, tampouco à construção da *res-publica* configurando um bem comum que acolha a pluralidade de formas de ser e fazer universidade e interagir com a sociedade. Eles seguem apoiando os privilégios corporativistas e o liberalismo meritocrático, que emperram os avanços e as mudanças, e seguem atados às tramas dos protocolos burocráticos e da estabilidade normativa do emprego universitário (**JACOBY, 1990**).

Sob outro ângulo, o processo sugere que o trabalho do intelectual deve estar ancorado em pesquisa histórica fundamentada, assim como a apresentação de linhas de argumentação deve levar em conta alternativas de compreensão de processos em disputas. Questões relacionadas à história das instituições sociais não cabem em referenciais teóricos rígidos ou em quadros explicativos mecânicos, pois elas colidem com o trabalho humano e a participação dos atores e seus juízos de valor e interesses particularistas na construção da política, da economia e da sociedade. Assim, o trabalho do intelectual se localiza nas entranhas do trabalho humano, mundano, pagão; e seus produtos interpretativos se situam nos entrelugares rarefeitos, constitutivos e limitados dos exercícios de poder e dos embates entre grupos, interesses e projetos institucionais e societários (**SAID, 2012**).

O processo chega próximo de seu fim com uma carta escrita por Paulo Freire, em 4 de março de 1991, endereçada ao Magnífico Reitor, Carlos Vogt,¹¹ conforme texto a seguir:

No momento em que decido solicitar a Vossa Magnificência a minha exoneração do cargo de professor dessa Universidade, não posso seguir um trâmite simplesmente burocrático. Devo, pelo contrário, justificar o meu pedido, dizer das razões que me levam a esta decisão.

A Unicamp e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo são duas universidades brasileiras que me deram a honra e também a alegria de, estando eu ainda no exílio, em Genebra, sem passaporte e proibido de, sequer, visitar o Brasil, me convidarem para ser docente seus. Por isso mesmo é que só uma razão tão forte quanto a que agora tenho me faria ausentar-me da Unicamp.

Quando o golpe de Estado foi dado em abril de 64 eu era professor adjunto da então chamada Universidade do Recife, hoje, Federal de Pernambuco e técnico de educação. O golpe me aposentou do cargo de professor e me demitiu do de técnico. Durante todos estes anos jamais solicitei minha readmissão como me recusei a pedir, de acordo com a lei da anistia, que o governo militar revisse meu caso, ao regressar em 1980.

Agora, sem que tivesse feito nenhum pedido, o Sr. Ministro da Educação, Dr. Carlos Chiarelli, determinou a minha readmissão ao cargo de técnico da Universidade Federal de Pernambuco.

Não podendo acumular as duas aposentadorias no Recife com a da Unicamp, que viria em setembro próximo, em decorrência da idade limite, teria de fazer uma opção.

A aposentadoria de professor do Recife é Cr\$ 146.000, a de técnico, de Cr\$ 246.000, e a da Unicamp, aproximadamente, Cr\$ 33.000.

Por mais amorosidade que sinta pela Unicamp, por mais honra do que me sentisse por ser seu professor aposentado, não seria sensato, nos tempos de hoje, ficar com 33.000 desistindo de 246.000.

Gostaria de, através de V. Magnificência, dizer aos corpos docente e discente da Unicamp da alegria e da honra que tive por ter aqui trabalhado nestes últimos dez anos.

Fraternalmente

(UNICAMP, 1980, p. 151-153).

O então Diretor da FE, Jose Luís Sanfelice,¹² dá ciência do pedido de exoneração de Paulo Freire (**UNICAMP, 1980**, p. 150), e o Reitor, Carlos Vogt, em 5 de março de 1991, exara um despacho manuscrito dizendo:

De acordo,

Lamentando, mas compreendendo as razões do Prof. Paulo Freire.

Sendo a aposentadoria proporcional aos anos vinculados à Unicamp (dez anos), de fato, a sua decisão pela aposentadoria da Universidade Federal de Pernambuco se justifica plenamente.

Cabe, no entanto, deixar aqui declarado que Paulo Freire, Professor Doutor Honoris Causa da Unicamp, é indispensável à qualidade do ensino e da pesquisa na nossa universidade.

Neste sentido, registro, desde logo aqui, nosso convite para que o Prof. Mantenha com a Unicamp um vínculo acadêmico na forma da Resolução 28/91 do CONSU

(**UNICAMP, 1980**, p. 151-152).

Segue ao despacho do Reitor um ofício, de 22 de maio de 1991, de Carlos Alfredo Arguello,¹³ – ex-Diretor do Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW), Coordenador do Núcleo Interdisciplinar para Melhoria do Ensino de Ciências (NIMEC) e um dos pioneiros do Projeto Inajá, desenvolvido com os índios no interior do Mato Grosso, bem como de projetos de popularização da ciência como Museu Vivo de Ciências e Planetário, ambos no Parque Taquaral em Campinas. O ofício aponta:

Exmo. Sr.

Prof. Carlos Vogt

D. D. Reitor da Unicamp

Em 12 de novembro de 1990 convidei o Professor Paulo Freire para colaborar com os trabalhos desenvolvidos pelo NIMEC na condição de Conselho Extraordinário, tendo este aceito, conforme documento anexo.

O Professor [...] estava ligado à Pro-Reitoria de Desenvolvimento Universitário [...] mas apresentou pedido de exoneração.

Em despacho [...] o Magnífico Reitor propõe que o Professor [...] continue mantendo vínculo acadêmico, nos moldes da Resolução 28/90 do CONSU.

Neste sentido, venho indicar o nome do Professor para desenvolver atividades no NIMEC

(UNICAMP, 1980, p. 153).

Na sequência, comparece um plano de atividades que contaria com a colaboração de Paulo Freire, visando à melhoria do ensino, em geral, e do ensino de ciências, em particular, como descrito a seguir:

PLANO DE ATIVIDADES

- Área de Campinas – SP: Museu Dinâmico de Ciências,
- Área do Brasil Central: Formação e habilitação de Professores Leigos na zona rural do Estado do Mato Grosso. Projeto INAJA e Projeto Homem Natureza (magistério),
- Área Amazônica: Formação e habilitação de Professores Leigos nas zonas rurais do Estado do Acre (Vale do Rio Purus e Vale do Rio Juruá) (magistério) Projeto Caboclo Kariú,
- Área do Brasil Sul: Assessoria na implantação da 1^a. Licenciatura Plena no Ensino de Ciências em Goioerê, Universidade Estadual de Maringá – Paraná,
- África: Consultoria da ONU na Repùblica de Guiné-Bissau.

O presente plano de trabalho visa construir uma base teórica sólida para as atividades acima citadas [...] pretende somar a competência do Professor Paulo Freire às experiências da equipe [...] para a construção de uma Política de Educação em Serviço que pode ser exemplar para o país.

MÉTODO E PROCEDIMENTO

O procedimento proposto é o de análise de relatórios existentes [...] análise de vídeos tapes (arquivo de mais de 100 horas de filmagem), discussões coletivas e seminários (UNICAMP, 1980, p. 156).

Considerações Provisórias

É importante registrar que a passagem de Paulo Freire pela Unicamp não se limitou aos protocolos burocráticos. Ele participou de uma vida pungente, que marcou a Unicamp e a sociedade brasileira na década de 1980.

Em 1980 colaborou com o Centro de Estudos Educação e Sociedade e compôs o número 1 da Revista Educação & Sociedade que tinha como tema a pergunta de Marx: - Quem educa o educador? Paulo publica um artigo intitulado A alfabetização de Adultos: é ela um quefazer neutro? (**FREIRE, 1978**).

Em 1981, num clima de efervescência democrática, o autor foi indicado, pela consulta feita à comunidade acadêmica, para compor a lista tríplice dos reiteráveis a ser encaminhada para o Governador Paulo Salim Maluf, em tempos de nomeação de intersetores nas universidades públicas estaduais.

Nos anos de 1982, 1983, 1984 e 1985, ministrou disciplinas de graduação e pós-graduação na FE, que lhe foram atribuídas pelo departamento; participou das reuniões do DECISAE e dos Seminários da FE; coordenou um grupo de trabalho no I Seminário em Defesa da Universidade Pública; e prestou assessoria a trabalhos comunitários e de formação de agentes de educação e saúde no Hospital Municipal de Paulínia (SP), que se apresentava como um campo de estágio e residência da Faculdade de Ciências Médicas (**UNICAMP, 1980**, p. 92, 122-123).

A autora deste artigo teve o privilégio de ser aluna regular das disciplinas EP 642 – Análise Crítica da Prática Pedagógica II, no primeiro semestre de 1982; EP 243 – Antropologia da Educação, no primeiro semestre de 1983; e EP 641 – Análise Crítica da Prática Pedagógica I, no segundo semestre de 1984, ministradas em um espaço amplo em frente ao prédio da Reitoria, pois as salas do Ciclo Básico, que hospedavam os cursos da FE, não comportavam a quantidade de pessoas que vinham de muitas cidades e instituições para ver e ouvir Paulo Freire e interagir com ele. O professor também visitou várias experiências de educação popular na periferia de Campinas e arredores (**FREIRE; NOGUEIRA; MAZZA, 1988, 1990**).

Em 1986, o Reitor José Aristodemo Pinotti, compreendendo que a experiência de vida de Paulo Freire vinculava-se a muitos projetos extensionistas numa perspectiva crítica, popular e participativa, emitiu um ofício “colocando o Professor Paulo Freire à disposição da Assessoria Especial na área de Extensão Universitária vinculada à Reitoria da Unicamp” (**UNICAMP, 1980**, p. 138).

Em 27 de abril de 1988, Paulo Freire recebeu do Conselho Universitário da Unicamp o Prêmio de Doutor *Honoris Causa*.

Em 1989, Paulo Freire solicitou afastamento **com prejuízo de vencimentos** em virtude de ter assumido a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989 a 1993).

Em 1990, ainda disponível à Assessoria Especial na área de Extensão Universitária, passou a assessorar os projetos de extensão do NIMEC e, visando à melhoria da qualidade da Educação Básica, atuou em regiões indígenas e na formação de professores leigos.

Em 31 de maio de 1996, por meio da Deliberação CONSU 176/96, o NIMEC e outros núcleos da Unicamp foram extintos, considerando uma certa visão de perfil de pesquisa científica, produtividade acadêmica e fontes de financiamentos agenciadas pelos núcleos. Carlos Alfredo Arguello tomou ciência da extinção do núcleo e do encerramento do Processo de Vida Funcional do Professor (**UNICAMP, 1980**, p. 172).

Em 2 de maio de 1997, morreu Paulo Freire.

Em 13 de abril de 2012 a presidente Dilma Rousseff assina a concessão do título de Patrono da Educação Brasileira à Paulo Freire.

Em 29 de maio de 2019 a Faculdade de Educação da Unicamp descerrou a placa que nomeia o prédio central da unidade de “Professor Paulo Freire”.

Além do que já foi relatado, Freire se deliciou com o prato feito (PF) de arroz, feijão, bife à cavalo e salada de alface com tomate no restaurante da Dona Laura e do Senhor Miguel, especializado em atender a um público de caminhoneiros, situado no Posto de Gasolina da Rodovia Anhanguera à altura do Balão da Bosch. Bebeu muita cachaça com os companheiros do NIMEC e participou afetuosamente das discussões sobre a extensão universitária nos encontros do “clube da rúcula”, ocorridos na casa de Carlos Arguello (**NOGUEIRA, 2004**), mas isso é matéria para outros ensaios.

Para finalizar, gostaríamos de pontuar que Paulo Freire nunca nutriu ingenuidade e otimismo quanto aos limites e às possibilidades da política universitária. Era ciente das burocracias de todos os matizes que rondavam as câmaras acadêmicas e, ao mesmo tempo, da presença de grupos que clamavam por transformação que resultasse, de um lado, no desaparecimento da rigidez nas relações professor-aluno; de outro, na inserção das universidades na realidade social dos grupos populares. Freire já havia apontado, desde a *Pedagogia do Oprimido* (**FREIRE, 1988**), que as universidades deveriam se renovar, rechaçar as velhas ordens e romper com o alinhamento que construíam com os grupos estabelecidos. Que elas deveriam se engajar em proposta de “transformação da realidade e afirmação dos homens como sujeitos de decisão” (**FREIRE, 2000**, p. 53).

É sabido que a universidade tem suas ambiguidades, podendo se autoidentificar como um espaço de elites, de reprodução, competição e preconceitos; mas ela é, sobretudo, um espaço de ampliação de direitos, de enfrentamento dos preconceitos e de ensaios de trabalhos colaborativos e criativos. Lugar de ciência, educação, cultura e arte. Assim, destacar a passagem de Paulo Freire pela Unicamp e aproxima-la das imagens que ele representa mundo afora é uma forma de resistir e se esperançar com um modelo de universidade pública e popular que dialogue com os dilemas sociais e se abra para a pluralidade dos povos e das culturas que compõem este Brasil tão rico e tão desigualmente miserável.

Notas

1

Todos os textos citados se encontram em sua forma original, portanto seguindo o Acordo Ortográfico anterior ao vigente atualmente em nosso país.

2

Eduardo O. C. Chaves foi Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/Uni-camp) de 1980 a 1984.

3

Plínio Alves de Moraes foi Reitor da Unicamp de 1978 a 1982, tendo sucedido Zeferino Vaz, Reitor de 1965 a 1978.

4

Os documentos indicam que o Regime de Turno Completo (RTC) correspondia a 24 h semanais de trabalho e o Magistério Superior (MS-6) representava o topo da carreira do magistério superior, ou seja, a posição ocupada pelo professor titular (**UNICAMP, 1980**, p. 76).

5

Os documentos indicam que, naquele período, existiam, na Unicamp e na FE, três regimes de trabalho: Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) – 40 h semanais; Regime de Turno Completo (RTC) – 24 h semanais; e Regime de Turno Parcial (RTP) – 12 h semanais. Existiam seis níveis de cargos e funções na carreira do magistério superior: MS-1 (professor); MS-2 (professor assistente); MS-3 (professor assistente doutor); MS-4 (professor livre-docente); MS-5 (professor adjunto); e MS-6 (professor titular) (**UNICAMP, 1980**, p. 76).

6

O ofício encaminhado pela direção da FE em 15/08/1982 arrola os departamentos, os docentes e os regimes de trabalho existentes na unidade. São eles: **Departamento de Filosofia e História da**

Educação: Antônio Muniz de Rezende, MS-6, RDIDP (Chefe), Eduardo O. de C. Chaves, MS-6, RDIDP, Rubem Azevedo Alves, MS-6, RDIDP, Newton Aquiles von Zuben, MS-5, RDIDP, Dermerval Saviani, MS-4, RTC, José Luiz Sigrist, MS-4, RTP, Evaldo Amaro Vieira, MS-4, RTC, Pedro Laudinor Goergen, MS-4, RDIDP, Moacir Gadotti, MS-3, RTC, Augusto João Crema Novaski, MS-2, RDIDP, Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi, MS-2, RDIDP, José Luiz Sanfelice, MS-2, RTC, Terezinha Ap. Quaiotti Ribeiro do Nascimento, MS-2, Hermas Gonçalves Arana, MS-1, RTC, Maria Tereza Minervino Penteado, MS-1, RDIDP. **Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação:** Paulo R. N. Freire – MS-6, RTC, Alfonso Trujillo Ferrarri, MS-5, RTC; Roberto César Covian- MS-5, RDIDP, Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha, MS-4, RDIDP, Roberto Romano da Silva, MS-4, RTP, Vanilda Pereira Paiva, MS-4, RTC (Afastada), Laymert Garcia dos Santos, MS-3, RTC; (Maria de Lourdes Covre, MS-3, RTC-designada); Ivany Rodrigues Pino, MS-2, RDIDP (Chefe) e Elizabeth de Almeida Silvares Pompêo de Camargo, MS-1, RDIDP. **Departamento de Psicologia Educacional:** Marconi Freire Montezuma, MS-6, RDIDP (Chefe), Maria Amélia de Azevedo Goldberg, MS-5, RTC, Raymond Paul Shepard, MS-5, RDIDP (Afastado), Eda Coutinho Barbosa, MS-4, RDIDP (Afastada), Angel Pino Sirgado, MS-3, RDIDP, Maria Inês Fini Leite Vicentini, MS-3, RDIDP, Marai Laura Puglisi Barbosa Franco, MS-3, RTC, Maria Meliane Furtado Montezuma, MS-3, RDIDP, Orly Zucato Mantovani de Assis, MS-3, RDIDP, Regina Alcântara de Assis, MS-3, RDIDP, Sérgio Goldenberg, MS-3, RDIDP, Sérgio Luna, MS-3, RTC, Afira Vianna Ripper, MS-2, RDIDP, Ana Luiza Bustamante Smolka, MS-2, RDIDP, Cecilia Azevedo de Lima Collares, MS-2, RDIDP, Gislene de Campos Oliveira, MS-2, RTC, Isaura Rocha Figueiredo Guimaraes, MS-2, RTC, Lucila Diehl Tolaine Fini, MS-2, RDIDP, Márcia Regina Ferreira de Brito, MS-2, RDIDP (Afastada), Sandra Ruth Shepard, MS-2, RTC, Valério José Arantes, MS-2, RDIDP, Carlos Alberto Vidal França, MS-1, RDIDP, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva Mercury, MS-1, RTP, Roseli Palermo Brenelli, MS-1, RTP. **Departamento de Administração e Supervisão Educacional:** Mauricio Tratenberg, MS-5, RTC, James Patrick Maher, MS-4, RDIDP, José Camilo dos Santos Filho, MS-4, RDIDP, Maria Lucia Rocha Duarte de Carvalho, MS-4, RDIDP, Charles Richard Lyndaker, MS-3, RDIDP (Afastado), Jesus Alvarenga Bastos, MS-3, RTC, Mucio Camargo de Assis, MS-3, RDIDP (Chefe), Wagner Gonçalves Rossi, MS-3, RTC, Miguel Augusto, MS-2, RDIDP, Raquel Pereira Chainho Gandini MS-2, RDIDP, Sonia Giubilei, MS-2, RTC, (Águeda Bernadete Uhle, MS-1, RTC- designada), Cleiton de Oliveira, MS-1, RTC, (João Batista Ferreira, MS-1, RTC-designado), Jose Roberto Sundfeld, MS-1, RTP (Afastado), (Newton Antônio Pacciulli Bryan, MS-1, RTC-designado), (Zacarias Pereira Borges, MS-1, RTP-designado). **Departamento de Metodologia de Ensino:** Amélia Americano Franco Domingues de Castro, M S – 6 , RTP, Lafayette de Moraes, MS-4, RTC, Newton Cesar Balzan, MS-4, RDIDP, Rosália Maria Ribeiro de Aragão, MS-4, RDIDP (Afastada), Sérgio Apparecido Lorenzato , MS-4, RTC (Afastado), Ezequiel Theodoro da Silva, , MS-3, RDIDP, Joaquim Brasil Fontes Júnior, MS-3, RDIDP, José Dias Sobrinho, MS-3, RDIDP, Milton José de Almeida,MS-3, RTC, Corinta Maria Grisóla Geraldi, MS-2, RTC, Décio Pacheco, MS-2, RDIDP, Eloísa de Mattos Hoffling, MS-2, RTC, Ernesta Zamboni, MS-2, RTC, Helena Costa Lopes Freitas, MS-2, RDIDP, Hilário Fracalanza, MS-2, RDIDP (Chefe), Ivan Amorosino do Amaral, , MS-2, RDIDP, Lucila Schwantes Arouca, MS-2, RDIDP, Mansur Lutfi, MS-2, RTC, Roseli Pacheco Schnetzler, , MS-2, RDIDP, Silvia Maria Manfredi, MS-2, RTC, Leonízia Rosa Moura Toledo Tobar, MS-2, RTC, Antônio Miguel, MS-1, RTC, Dorotéa Cuevas Fracalanza, MS-1,

RDIDP, Dulce M. Pompêo de Camargo Leme, , MS-1, RTP, (Lilian Lopes Martin da Silva, MS-1, RDIDP), Maria Christina Malta Pretti, MS-1, RDIDP. (OBS: Os docentes cujos nomes estão entre parênteses estão designados por período limitado, em substituição a docentes afastados); Docentes aposentados pela Faculdade de Educação: Ophelina Rabello, MS-5, RDIDP (DECISAE), Casemiro dos Reis Filho, MS-5, RTC (DEFHE), Nair Leme Fobê, MS-2, RTC (**UNICAMP, 1980**, p. 77 a 80).

7

Dr. Pedro L. Goergen foi Diretor da FE na gestão 1984-1988.

8

José Aristodemo Pinotti foi Reitor da Unicamp na gestão 1982-1986.

9

Roberto Romano da Silva foi Chefe do DECISAE na gestão 1984-1986.

10

Antônio Muniz de Rezende foi Diretor da FE na gestão 1976-1980. Pelas fontes documentais, foi um entusiasta do convite e da contratação de Paulo Freire na Unicamp.

11

Carlos Vogt foi Reitor da Unicamp na gestão 1990-1994.

12

José Luís Sanfelice foi Diretor da FE na gestão 1990-1996.

13

Carlos Alfredo Arguello foi Diretor Associado do IFGW nas gestões 1973-1974 e 1976-1978. Foi Diretor do mesmo instituto na gestão 1978-1982. Pioneiro na implantação do Laboratório de Ótica Física e do Núcleo Interdisciplinar para a Melhoria do Ensino das Ciências (NIMEC), do qual foi Coordenador de 1983 até 1994, quando se aposentou.

Pesquisa intitulada “O Pensamento Social Brasileiro e a Educação”, financiada pelo CNPQ com Bolsa Produtividade.

Referências

AFFONSO, A. Boas vindas ao Brasil. GADOTTI, M. (org.). **Paulo Freire** Uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire/Brasília, DF: UNESCO, 1996. p. 191-193. Originalmente publicado em Folha de S. Paulo, São Paulo, 8 ago. 1979, p. 15.

CHAUÍ, Marilena. Sábios e sabidos, uma discussão ociosa. In **Jornal Folha de S.Paulo**, Folhetim, p. 8- 11, 22 de setembro de 1985.

DALARI, D. A. Pedagogia da libertação. In: GADOTTI, M. (org.). **Paulo Freire** Uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire/Brasília, DF: UNESCO, 1996. p. 570-573.

FREIRE, Paulo. A Alfabetização de Adultos: é ela um quefazer neutro? **Educação & Sociedade** Campinas, SP: Faculdade de Educação: Unicamp, Ano I, no. 1, p. 64-70, setembro de 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação** Cartas pedagógicas e outros escritos. 5. impressão. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A.; MAZZA, D. (orgs). **Na escola que fazemos** Uma reflexão interdisciplinar em Educação Popular. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. MAZZA, D. (orgs). **Fazer conhecendo a vida**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1990.

GIROUX, H. A. Um livro para os que cruzam fronteiras. In: GADOTTI, M. (org.). **Paulo Freire** Uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire/Brasília, DF: UNESCO, 1996. p. 569-570.

JACOBY, R. **Os últimos intelectuais** São Paulo: Editora USP, 1990.

KAFKA, F. **O processo** Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

MCLAREN, P. Paulo Freire e o Primeiro Mundo. In: GADOTTI, M. (org.). **Paulo Freire** Uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire/Brasília, DF: UNESCO, 1996. p. 587-589.

NOGUEIRA, A. (org.). **Estendendo fronteiras** A extensão e a pesquisa na formação do educador. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

SAID, E. **Cultura e política** São Paulo: Boitempo, 2012.

SCOCUGLIA, A. C. A educação popular nos inquéritos policiais militares pós-1964. **EccoS Revista Científica** São Paulo, v. 9, n. 1, p.17-38, jan./jun. 2007. <https://doi.org/10.5585/eccos.v9i1.485>
» <https://doi.org/10.5585/eccos.v9i1.485>

UNICAMP [UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS]. Reitoria. Portaria GR 025/1978 - dispõe sobre as **Normas para o Processamento de contratos de Professores Colaboradores e Titulares** 30 de janeiro de 1978. p. 1.

UNICAMP [UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS]. Diretoria Geral de Recursos Humanos. **Processo 01 P 04838 1980 1-1.** Vida Funcional: Paulo Réglus Neves Freire. Campinas, 01 set. 1980.

Datas de Publicação

- » **Publicação nesta coleção**
22 Out 2021
- » **Data do Fascículo**
2021

Histórico

- » **Recebido**
25 Maio 2021
- » **Aceito**
04 Jun 2021



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

**Centro de Estudos Educação e
Sociedade - Cedes**

Av. Bertrand Russel, 801 - Fac. de
Educação - Anexo II - 1 andar - sala 2,
CEP: 13083-865, +55 12 99162 5609,
Fone / Fax: + 55 19 3521-6710 / 6708 -
Campinas - SP - Brazil
E-mail: revistas.cedes@linceu.com.br

SciELO - Scientific Electronic Library Online

Rua Dr. Diogo de Faria, 1087 – 9º andar – Vila Clementino 04037-003 São Paulo/SP - Brasil

E-mail: scielo@scielo.org





Leia a Declaração de Acesso Aberto